

Apresentação

Com a habitual satisfação, apresentamos à comunidade acadêmica e a sociedade um novo número da Revista Catarinense de Economia (RCE). Este volume é composto por sete artigos e um texto clássico, que comportam temas relacionados à economia, sejam de alcance regional e mesmo nacional. Com isso, a RCE continua seu intento de promover a produção científica no campo da economia no estado de Santa Catarina. Segue firme nossa busca pela excelência e pelas melhores práticas editoriais.

Nesta edição que ora apresentamos, sobre a “Reestruturação econômica-financeira e organizacional do futebol catarinense: o caso do Figueirense Futebol Clube”, escrevem Patrícia Volk Schatz e Carlos José Espíndola, em instigante artigo sobre a exploração econômica do esporte. O texto discute três etapas de reestruturação administrativa e econômico-financeira do Figueirense F.C.: desde o final dos anos de 1990, com a criação da Figueirense Participações e Gestão Desportiva S.A., decorrente da Lei Pelé; a constituição do Figueirense Futebol Clube Ltda e seu posterior controle pela empresa Elephant Participações Societárias S/A. até 2020, período marcado pelo decesso do clube para terceira divisão do Campeonato Brasileiro, e; na última etapa, com a formação da Figueirense F.C. SAF, em 2021, quando houve retorno dos gestores da Figueirense Participações e Gestão Desportiva S.A.

De Andrea Felipe Cabello e Ivan Colangelo Salomão é o segundo artigo da edição, “Da Economia Política ao Ministério da Fazenda: a profissionalização dos economistas no Brasil”. Os pesquisadores focam sua atenção numa perspectiva histórica da formação dos economistas. Esses profissionais estão, sabidamente, envolvidos no debate acerca do desenvolvimento nacional, pelo menos desde o início do século XX. Com o surgimento dos primeiros cursos de economia, formou-se uma série de pessoas na área, que tiveram relevante atuação na burocracia estatal, consolidada a partir da década de 1930. O reflexo desse movimento é percebido na estrutura do Ministério da Fazenda, diretamente impactado pela profissionalização dos economistas no Brasil.

No terceiro artigo, “O comportamento do PIB catarinense durante o período de descentralização político-administrativa”, Maria Eduarda Munaro e Lauro Mattei analisam a estratégia de descentralização político-administrativa no governo estadual, vigente de 2003 a 2018, centrados no comportamento do Produto Interno Bruto das mesorregiões e microrregiões. Com isso, a autoria constata a ineficácia de tal estratégia, cujo objetivo seria reduzir as desigualdades regionais do estado, ao passo que houve aprofundamento da concentração do Produto Interno Bruto em regiões específicas.

O quarto artigo, intitulado “A pandemia da covid-19 e os novos paradigmas do ensino superior brasileiro”, de Vanuzia Pereira da Silva, tem como problema central as transformações não efêmeras pelas quais passa a educação superior brasileira, como desdobramento da pandemia da COVID-19. Na adaptação à realidade pandêmica as Instituições de Ensino Superior (IES) ampliaram o uso de ambientes virtuais, especialmente, para introdução de ferramentas tecnológicas para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e a súbita migração para um ambiente de aprendizado à distância. Ficam os efeitos sobre as universidades e o ensino, pesquisa e extensão, como a ampliação da Educação à Distância (EAD).

No quinto artigo, novamente, o impacto da pandemia na vida cotidiana é evidenciado, como retratam Woodrow Richardson Santiago de Oliveira e Alícia Cechin, em “Efeitos da pandemia da covid-19 nos preços dos alimentos no Brasil”, com o emprego de revisão bibliográfica e estatística descritiva. Conforme os autores, a pandemia da Covid-19, somada à desvalorização cambial, mas também associada à política fiscal, teve considerável impacto na alta de preços, especialmente sobre os alimentos, que acumularam alta superior à média da inflação brasileira no período analisado.

O sexto artigo é de autoria de Mohamed Amal, Júlia Ropelato Floriani e Gláucia Grellmann. Nele, os pesquisadores relacionam as atividades de dezenas de filiais de empresas multinacionais e o desenvolvimento regional. O efeito moderador dos clusters em tal dinâmica é, então, posto em evidência. Sob o título de “O efeito moderador das vantagens de aglomeração sobre a relação entre investimentos de empresas multinacionais e desenvolvimento regional”, os pesquisadores concluem que pela mediação de clusters (concentração industrial) há influência positiva na relação entre importações das filiais de multinacionais e o desenvolvimento regional. Em relação às exportações, a influência foi positiva no PIB, mas negativa para IDHM.

O sétimo texto, “Os impactos do Pronaf sobre o crescimento econômico dos municípios de Santa Catarina, de 2000 a 2015”, de Cristian Rafael Pelizza e Cristiano Spier, avalia efeitos dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na variação do PIB per capita e do PIB agrícola dos municípios catarinenses. O trabalho recorre à inferência estatística para estimação de dados em painel, com cuidados específicos na obtenção dos regressores. As conclusões evidenciam que houve forte impacto positivo do PRONAF sobre a variação do PIB per capita dos municípios, mas sem resultado estatisticamente significativo sobre o PIB agrícola.

Fechando esta edição e dando seguimento à sessão “Clássicos da Economia Catarinense”, que objetiva a (re)publicação de textos de significativa relevância para o debate sobre a economia catarinense, trazemos aos leitores um texto extraído da dissertação de mestrado de Etienne Luiz Silva, defendida em 1978 na UFRGS, “O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina”. O texto que selecionamos é a conclusão de Silva, sob o título de “Santa Catarina: uma rede urbana em definição”, tendo grande valor aos estudos multidisciplinares sobre o estado.

Desejamos uma boa leitura!

Criciúma, 15 de dezembro de 2022.

Alcides Goularti Filho*

Fábio Farias de Moraes**

Liara Darabas Ronzani***

Equipe Editorial

DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v5.n2.127](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v5.n2.127)

*Universidade do Extremo Sul Catarinense, SC, Brasil | E-mail: alcides@unesc.net | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0808-4486>

**Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC, SC, Brasil | E-mail: fariasdemoracs@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7045-8514>

***Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil | E-mail: liadarabas@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5748-0736>